

Carlos Alberto Pereira de Castro  
João Batista Lazzari

# MANUAL DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**21<sup>a</sup>** revista,  
atualizada  
e ampliada  
edição



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2018 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

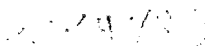
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira



- Fechamento desta edição: 11.03.2018

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

C35m

Castro, Carlos Alberto Pereira de

Manual de direito previdenciário / Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. – 21. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia

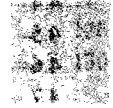
ISBN 978-85-309-8046-7

1. Previdência social – Legislação – Brasil. 2. Seguridade social – Legislação – Brasil. I. Lazzari, João Batista. II. Título.

18-48456

CDU: 349.3(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439



# SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	XXXI
-------------------	------

## PARTE I

### INTRODUÇÃO AO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 1 – Estado e a proteção social ao trabalhador .....</b>	<b>3</b>
1.1    Prólogo .....	3
1.2    O surgimento da noção de proteção social .....	5
1.3    A mútua assistência e a caridade .....	5
1.4    A assistência social estatal.....	6
1.5    A formação do conceito de bem-estar social.....	7
1.6    Evolução da previdência social – Do modelo de Bismarck ao modelo de Beveridge .....	11
<b>Capítulo 2 – Fundamentos da Previdência Social .....</b>	<b>19</b>
2.1    A intervenção do Estado e a dignidade da pessoa humana.....	19
2.2    A solidariedade social .....	21
2.3    A compulsoriedade da filiação .....	22
2.4    A proteção aos previdentes.....	23
2.5    A redistribuição de renda.....	24
2.6    O risco social.....	26
2.7    Da previdência à segurança social.....	26
<b>Capítulo 3 – Modelos de Previdência Social .....</b>	<b>29</b>
3.1    Sistemas contributivos e não contributivos .....	30
3.2    Sistemas contributivos de repartição e capitalização .....	31
3.3    Sistemas privados de previdência.....	32
3.4    O sistema de pilares.....	33

<b>Capítulo 4 – A evolução da proteção social no Brasil.....</b>	<b>37</b>
4.1 Primeiras regras de proteção .....	38
4.2 A Lei Eloy Chaves.....	39
4.3 Os institutos de classe.....	41
4.4 Da criação do INPS à Constituição de 1988.....	43
4.5 A Constituição de 1988 e a Seguridade Social .....	45
4.6 A criação do INSS e as primeiras reformas .....	47
4.7 A Emenda Constitucional n. 20, de 1998 .....	49
4.8 As Emendas Constitucionais ns. 41 e 47.....	53
<b>Capítulo 5 – O Direito Previdenciário.....</b>	<b>55</b>
5.1 Conceito e objeto de estudo.....	55
5.2 Autonomia científica .....	56
5.3 Classificação perante a divisão didático-enciclopédica do Direito .....	58
5.4 Relação do Direito Previdenciário com outros ramos do Direito.....	60
5.5 Fontes do Direito Previdenciário.....	62
<b>Capítulo 6 – Aplicação das normas de Direito Previdenciário.....</b>	<b>69</b>
6.1 Antinomias e critérios de solução.....	70
6.2 Lacunas do ordenamento e sua solução .....	71
6.3 Interpretação das normas .....	73
6.4 Vigência e eficácia das normas no tempo.....	74
6.5 Vigência e eficácia das normas no espaço.....	75
6.6 Acordos Internacionais de Previdência Social firmados pelo Brasil.....	76
<b>Capítulo 7 – Princípios do Direito Previdenciário.....</b>	<b>87</b>
7.1 Princípios gerais de Direito Previdenciário .....	88
7.2 Princípios constitucionais da Seguridade Social .....	90
7.3 Princípios específicos de custeio.....	93
7.4 Princípios específicos de Previdência Social.....	96
<b>Capítulo 8 – Regimes previdenciários .....</b>	<b>103</b>
8.1 O Regime Geral de Previdência Social – RGPS.....	103
8.2 Regimes de previdência de agentes públicos ocupantes de cargos efetivos e vitalícios.....	104
8.3 Regime Previdenciário Complementar.....	106
8.4 Regime dos Militares das Forças Armadas .....	112

## PARTE II

### A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

<b>Capítulo 9 – A organização da Seguridade Social.....</b>	<b>117</b>
9.1 Sistema Nacional de Seguridade Social.....	117
9.2 Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.....	118

9.3	Gestão descentralizada.....	119
9.4	Conselho Nacional de Previdência – CNP.....	119
9.5	Conselhos de Previdência Social – CPS.....	121
9.6	Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	123
9.7	Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	125
9.8	Conselho de Recursos do Seguro Social – CRSS.....	126
9.9	Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.....	130
<b>Capítulo 10</b>	<b>– Relação jurídica de custeio.....</b>	<b>135</b>
10.1	Definição da relação obrigacional.....	135
10.2	Autonomia da relação de custeio.....	136
10.3	Identidade com a relação obrigacional tributária.....	137
<b>Capítulo 11</b>	<b>Contribuintes da Seguridade Social.....</b>	<b>139</b>
11.1	Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....	140
11.2	Empresa e entidades equiparadas.....	142
11.3	Matrícula da empresa, do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	142
11.4	Empregador doméstico.....	145
11.5	Apostadores de concursos de prognósticos.....	145
<b>Capítulo 12</b>	<b>– Relação jurídica de seguro social.....</b>	<b>147</b>
12.1	Definição da relação de seguro social.....	147
12.2	Vinculação da relação previdenciária com a filiação.....	148
12.3	Natureza jurídica da relação de seguro social.....	153
<b>Capítulo 13</b>	<b>– Segurados do Regime Geral de Previdência Social.....</b>	<b>157</b>
13.1	Segurados – Definição.....	157
13.2	Segurados obrigatórios.....	157
13.2.1	Empregado urbano e rural.....	159
13.2.2	Empregado doméstico.....	173
13.2.3	Contribuinte individual.....	175
13.2.4	Trabalhador avulso.....	179
13.2.5	Segurado especial.....	181
13.3	Segurado facultativo.....	188
13.4	A menoridade e a filiação como segurado.....	190
13.5	Aposentado que retorna à atividade.....	192
<b>Capítulo 14</b>	<b>– Filiação dos segurados.....</b>	<b>195</b>
<b>Capítulo 15</b>	<b>– Manutenção e perda da qualidade de segurado.....</b>	<b>201</b>
<b>Capítulo 16</b>	<b>– Dependentes.....</b>	<b>209</b>
<b>Capítulo 17</b>	<b>– Inscrição dos segurados e dependentes.....</b>	<b>225</b>
17.1	Inscrição dos segurados.....	226
17.1.1	Inscrição de segurado <i>post mortem</i> .....	230
17.2	Inscrição de dependentes.....	234

**PARTE III****CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL**

<b>Capítulo 18 – Sistema de financiamento da Seguridade Social</b> .....	239
18.1 Sistema contributivo .....	242
18.2 Participação da União .....	243
18.3 Contribuições sociais .....	244
18.3.1 Conceituação .....	245
18.3.2 Natureza jurídica .....	246
18.3.3 Características gerais .....	248
18.4 Outras receitas da Seguridade Social .....	249
<b>Capítulo 19 – Contribuições ao Sistema</b> .....	251
19.1 Salário de contribuição .....	251
19.2 Salário-base .....	254
19.3 Contribuição do segurado empregado, doméstico e trabalhador avulso	255
19.4 Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo .....	261
19.5 Contribuições das empresas .....	271
19.5.1 Contribuição sobre a folha de pagamento .....	271
19.5.2 Contribuição sobre a remuneração paga aos segurados contribuintes individuais e trabalhadores avulsos .....	276
19.5.3 Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho – GILRAT .....	280
19.5.3.1 Fator Acidentário de Prevenção – FAP .....	282
19.5.3.2 Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial .....	290
19.5.4 Contribuição sobre a receita e o faturamento .....	291
19.5.5 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS .....	292
19.5.6 PIS/PASEP .....	300
19.5.7 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL .....	303
19.5.8 Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o SIMPLES NACIONAL .....	305
19.6 Contribuições do importador de bens e serviços do exterior .....	311
19.7 Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil .....	314
19.7.1 Conceito de obra de construção civil .....	316
19.7.2 Obrigações previdenciárias do sujeito passivo na obra de construção civil .....	316
19.7.3 Aferição indireta das contribuições .....	320
19.7.4 Apuração de salário de contribuição contido em nota fiscal de serviço/fatura .....	321
19.7.5 Apuração de salário de contribuição com base na área construída e no padrão da obra .....	322
19.7.6 Retenção na construção civil .....	322

19.8	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	323
19.9	Contribuição do empregador doméstico.....	325
19.10	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial...	326
19.11	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica .....	331
19.12	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	333
19.13	Contribuições destinadas a terceiros .....	334
19.14	Sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas – eSocial .....	336
19.15	Simplex Doméstico .....	340
<b>Capítulo 20</b>	<b>– Isenção/Imunidade das contribuições para a Seguridade Social.....</b>	<b>341</b>
20.1	Requisitos para a isenção/imunidade.....	346
20.2	Requerimento e deferimento da isenção/imunidade.....	350
20.3	Alcance da isenção/imunidade.....	351
20.4	Revisão da isenção/imunidade.....	351
<b>Capítulo 21</b>	<b>– Remissão e anistia .....</b>	<b>353</b>
<b>Capítulo 22</b>	<b>– Regras gerais de arrecadação e fiscalização .....</b>	<b>357</b>
22.1	Competência dos órgãos de arrecadação e fiscalização.....	357
22.2	Arrecadação e recolhimento das contribuições.....	358
22.3	Obrigações acessórias.....	365
22.4	Prerrogativas da fiscalização.....	376
22.5	Inadimplemento e acréscimos moratórios.....	379
22.6	Restituição de contribuições, compensação e reembolso de benefícios	384
22.6.1	Restituição de contribuições e compensação .....	384
22.6.2	Reembolso de benefícios .....	390
22.7	Parcelamento de débitos.....	392
<b>Capítulo 23</b>	<b>– Responsabilidade solidária e por substituição tributária .....</b>	<b>399</b>
23.1	Construção civil.....	401
23.2	Grupo econômico.....	403
23.3	Responsabilidade dos sócios e titulares.....	404
23.4	Tomador de serviços .....	405
23.5	Administradores públicos.....	409
23.6	Operador portuário e órgão gestor de mão de obra .....	410
<b>Capítulo 24</b>	<b>– Decadência e prescrição das contribuições à Seguridade Social.....</b>	<b>411</b>
24.1	O conflito de normas: Lei de Custeio e CTN.....	412
24.2	A decadência na exigibilidade de contribuições .....	414
24.3	A prescrição do direito de cobrança dos créditos.....	417
24.4	Prescrição na restituição e compensação de contribuições.....	419
24.5	Prazo para pleitear a desconstituição de exigência fiscal .....	420
<b>Capítulo 25</b>	<b>– Prova de regularidade fiscal.....</b>	<b>421</b>
<b>Capítulo 26</b>	<b>– Processo Administrativo Fiscal.....</b>	<b>429</b>

26.1	Constituição do crédito da Seguridade Social.....	429
26.1.1	Notificação de Lançamento – NL.....	434
26.1.2	Auto de Infração – AI.....	436
26.2	Tramitação e julgamento.....	438
26.3	Depósito recursal – exigibilidade.....	441
<b>Capítulo 27 – Dívida ativa: inscrição e execução judicial.....</b>		<b>443</b>
<b>Capítulo 28 – Execução de Contribuições à Seguridade Social na Justiça do Trabalho.....</b>		<b>465</b>
28.1	A responsabilidade pelos recolhimentos.....	479
28.2	Condição da União na lide trabalhista.....	484
28.3	Legislação aplicável.....	485
28.4	Créditos executáveis.....	486
28.5	As prerrogativas da União.....	490
28.6	Apuração do valor devido.....	492
28.7	O procedimento da execução.....	494
28.8	A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.....	500
<b>Capítulo 29 – Dos crimes contra a Previdência Social.....</b>		<b>503</b>
29.1	O Regime da Lei n. 9.983/2000.....	503
29.2	Apropriação indébita previdenciária.....	504
29.2.1	Inocorrência da <i>abolitio criminis</i> da conduta prevista no art. 95, d, da Lei n. 8.212/1991.....	509
29.2.2	Constitucionalidade.....	511
29.2.3	Tipo objetivo.....	512
29.2.4	Tipo subjetivo.....	512
29.2.5	Consumação e tentativa.....	513
29.2.6	Sujeito ativo.....	514
29.2.7	Sujeito passivo.....	516
29.2.8	Crime continuado.....	516
29.2.9	Ação penal.....	517
29.2.10	Extinção da punibilidade.....	518
29.2.11	Perdão judicial.....	521
29.2.12	Dificuldades financeiras.....	523
29.2.13	Princípio da insignificância.....	524
29.2.14	Prisão por dívida.....	526
29.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	527
29.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações.....	527
29.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	528
29.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	530
29.7	Falsidade documental.....	531
29.8	Falsificação de documento público.....	531
29.9	Violação de sigilo funcional.....	532
29.10	Equiparação a funcionário público.....	532
29.11	Estelionato previdenciário.....	532



**PARTE IV****PRESTAÇÕES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

<b>Capítulo 30 – Introdução.....</b>	<b>537</b>
<b>Capítulo 31 – Concessão da prestação previdenciária.....</b>	<b>541</b>
31.1 Suspensão do benefício.....	545
31.2 Cancelamento do benefício.....	547
31.3 Processo Administrativo Previdenciário.....	555
<b>Capítulo 32 – Períodos de carência.....</b>	<b>575</b>
<b>Capítulo 33 – Cálculo do valor dos benefícios.....</b>	<b>591</b>
33.1 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	592
33.1.1 Atividades concomitantes.....	599
33.1.2 Majorações decorrentes de sentença trabalhista.....	604
33.1.3 Fórmula de cálculo do salário de benefício.....	606
33.2 Fator previdenciário.....	607
33.3 Regras de transição para aplicação do fator previdenciário.....	611
33.4 Exclusão do fator previdenciário com base na Fórmula 95/85.....	612
33.4.1 Exclusão do fator previdenciário em relação aos professores.....	615
33.5 Afastamento da incidência do fator previdenciário na parcela referente ao tempo de serviço especial.....	618
33.6 Renda mensal inicial.....	619
33.7 Valor-limite dos benefícios.....	623
<b>Capítulo 34 – Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....</b>	<b>625</b>
34.1 Aplicação da variação da ORTN/OTN na atualização dos salários de contribuição dos benefícios concedidos antes da CF de 1988.....	628
34.1.1 Impossibilidade de obtenção dos processos concessórios.....	629
34.1.2 Interrupção da prescrição em face da propositura de ação civil pública.....	629
34.2 Aplicação do IRSM de fevereiro de 1994.....	630
34.3 Aplicação do novo teto dos benefícios fixados pelas Emendas Constitucionais ns. 20/98 e 41/2003.....	632
34.4 Primeiro reajuste após a concessão do benefício.....	634
34.5 Apuração da RMI do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez: art. 29, II, da Lei n. 8.213, de 1991.....	636
34.6 Revisão com base na concessão do benefício mais vantajoso – Tese do “melhor benefício”.....	638
34.7 Inclusão do décimo terceiro como salário de contribuição para cálculo do salário de benefício.....	640
34.8 Ampliação do período básico de cálculo do salário de benefício – “Tese de uma vida toda”.....	641
34.9 Inclusão do adicional de 25% ao aposentado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa.....	643
34.10 Utilização do tempo especial convertido para comum no coeficiente de cálculo da aposentadoria por idade.....	645

34.11	Salário de benefício pela média dos 36 últimos salários de contribuição e não incidência do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição concedidas com base nas regras de transição da EC n. 20/1998.....	646
34.12	Teses superadas.....	650
34.12.1	Reajustes pelo salário mínimo de referência.....	650
34.12.2	Atualização monetária dos doze últimos salários de contribuição para os benefícios concedidos anteriormente à Constituição de 1988.....	651
34.12.3	Súmula n. 260 do extinto TFR.....	651
34.12.4	Autoaplicabilidade do art. 202, <i>caput</i> , da Constituição de 1988 – Diferenças decorrentes do reajustamento dos benefícios concedidos entre 5.10.1988 e 5.4.1991 (art. 144, parágrafo único, da Lei n. 8.213/1991).....	652
34.12.5	Aplicação do art. 58 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	653
34.12.6	Manutenção do valor real dos benefícios/equivalência do valor dos benefícios em número de salários mínimos.....	654
34.12.7	Valor mínimo dos benefícios.....	655
34.12.8	Gratificação natalina de 1988/1989.....	655
34.12.9	URP de fevereiro de 1989.....	656
34.12.10	Salário mínimo de junho de 1989.....	656
34.12.11	Expurgos inflacionários.....	656
34.12.12	Reajuste de setembro de 1991 – Abono da Lei n. 8.178/1991.....	657
34.12.13	Reajustes quadrimestrais – IRSM – Leis ns. 8.542/1992 e 8.700/1993.....	657
34.12.14	Conversão dos benefícios para URV – Lei n. 8.880/1994.....	658
34.12.15	Reajustamento dos benefícios pelos índices integrais do IGP-DI nos meses de junho de 1997, 1999, 2000, 2001, 2002 e 2003.....	659
34.12.16	Revisão da renda mensal da pensão por morte.....	659
34.12.17	Demais revisões decorrentes da Lei n. 9.032/1995.....	661
34.12.18	Salário de benefício de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença – Art. 29, § 5º, da Lei n. 8.213/1991.....	661
34.12.19	Desaposentação.....	663
34.12.20	Troca de Aposentadoria ou Reaposentação.....	663
<b>Capítulo 35</b>	<b>– Pagamento dos benefícios.....</b>	<b>665</b>
35.1	Pagamento feito a terceiros.....	669
35.2	Intangibilidade do valor do benefício.....	671
35.3	Devolução de benefícios previdenciários recebidos por força de tutela provisória posteriormente revogada.....	673
35.4	Acumulação de benefícios.....	674
35.5	Abono anual.....	679
<b>Capítulo 36</b>	<b>– Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....</b>	<b>681</b>
36.1	Evolução histórica da proteção acidentária.....	682
36.2	Conceito de acidente do trabalho.....	684

36.3	Doenças ocupacionais.....	688
36.4	Nexo causal e concausalidade .....	691
36.5	Aspectos da proteção previdenciária à vítima de acidente .....	698
36.6	A Comunicação do Acidente de Trabalho – CAT .....	700
36.7	Estabilidade do empregado acidentado .....	719
<b>Capítulo 37</b>	<b>– Aposentadorias programáveis .....</b>	<b>723</b>
37.1	Aposentadoria e vínculo de emprego.....	725
37.2	Aposentadoria por idade .....	732
37.2.1	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	734
37.2.2	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei n. 11.718/2008.....	741
37.2.3	Período de carência.....	744
37.2.4	Data de início do benefício.....	745
37.2.5	Renda mensal inicial.....	745
37.3	Aposentadoria por tempo de serviço .....	749
37.3.1	Período de carência.....	750
37.3.2	Data de início do benefício.....	750
37.3.3	Renda mensal inicial.....	751
37.4	Aposentadoria por tempo de contribuição .....	751
37.4.1	Beneficiários.....	754
37.4.2	Período de carência.....	755
37.4.3	Data de início do benefício.....	755
37.4.4	Reafirmação da data de entrada do requerimento.....	756
37.4.5	Renda mensal inicial.....	758
37.4.6	Aplicação dos novos critérios para aposentadoria .....	759
37.5	Aposentadoria do professor .....	763
37.5.1	A aposentadoria do professor e a aplicação do fator previdenciário.....	765
37.5.2	Conversão do tempo especial de professor em tempo comum.....	767
37.6	Aposentadoria especial.....	769
37.6.1	Beneficiários.....	777
37.6.2	Comprovação do exercício de atividade especial .....	778
37.6.3	Laudo técnico pericial.....	784
37.6.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	785
37.6.5	Nível do ruído .....	789
37.6.6	Período de carência.....	791
37.6.7	Data de início do benefício.....	791
37.6.8	Renda mensal inicial.....	793
37.6.9	Conversão do tempo de serviço/contribuição.....	793
37.6.10	Fator de conversão do tempo especial.....	797
37.7	Aposentadoria aos segurados com deficiência .....	802
37.7.1	Beneficiários.....	806
37.7.2	Período de carência.....	807
37.7.3	Renda mensal inicial.....	807
37.7.4	Data de início do benefício.....	808

37.8	Direito à desaposentação.....	810
37.9	Reaposentação com base em novo implemento de requisitos .....	813
<b>Capítulo 38</b>	<b>– Benefícios por incapacidade laboral .....</b>	<b>815</b>
38.1	Auxílio-doença.....	815
38.1.1	Perícia médica.....	819
38.1.2	Período de carência.....	828
38.1.3	Data de início do benefício.....	831
38.1.3.1	Data de início do benefício concedido judicialmente.....	833
38.1.4	Renda mensal inicial.....	836
38.1.5	Processo de reabilitação.....	838
38.1.6	Situação trabalhista.....	840
38.1.7	Cessação do benefício.....	846
38.2	Aposentadoria por invalidez .....	855
38.2.1	Período de carência.....	859
38.2.2	Data de início do benefício.....	860
38.2.3	Renda mensal inicial.....	862
38.2.4	Recuperação da capacidade de trabalho.....	865
38.2.5	Da possibilidade de transformação da aposentadoria por invalidez em aposentadoria por idade.....	869
38.3	Auxílio-acidente.....	873
38.3.1	Período de carência.....	877
38.3.2	Data de início do benefício.....	877
38.3.3	Renda mensal inicial.....	878
38.3.4	Suspensão e cessação do benefício.....	881
38.3.5	Manutenção do auxílio-acidente cumulado com aposentadoria de outro regime .....	882
<b>Capítulo 39</b>	<b>– Benefícios de proteção à família e à maternidade.....</b>	<b>885</b>
39.1	Pensão por morte.....	885
39.1.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	886
39.1.2	Morte presumida.....	888
39.1.3	Direito � pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência.....	889
39.1.4	Habilitação de beneficiários.....	891
39.1.5	Pensão ao dependente v�uvo do sexo masculino .....	893
39.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	895
39.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva.....	897
39.1.8	A Lei n. 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício..	898
39.1.9	Direito � pensão do menor sob guarda.....	899
39.1.10	Direito � pensão do filho ou irmão inválido.....	900
39.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos....	901
39.1.12	Pensão em favor dos pais .....	901
39.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada .....	902
39.1.14	Período de carência.....	902

39.1.15	Data de início do benefício.....	903
39.1.16	Renda mensal inicial.....	904
39.1.17	Cessação.....	907
39.1.18	Perda do direito à pensão por morte.....	909
39.1.19	Despensão.....	910
39.2	Auxílio-reclusão.....	915
39.2.1	Concessão do auxílio-reclusão para dependentes de segurados que superem o critério da baixa renda.....	921
39.2.2	Período de carência.....	922
39.2.3	Data de início do benefício.....	922
39.2.4	Renda mensal inicial.....	923
39.2.5	Cessação e suspensão do benefício.....	923
39.3	Salário-maternidade.....	927
39.3.1	Período de carência.....	931
39.3.2	Duração do salário-maternidade.....	932
39.3.3	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias.....	935
39.3.4	Renda mensal inicial.....	936
39.3.5	Cessação do benefício.....	939
39.3.6	Extensão do salário-maternidade em caso de adoção.....	939
39.4	Salário-família.....	943
39.4.1	Período de carência.....	946
39.4.2	Data de início do benefício.....	946
39.4.3	Renda mensal inicial.....	946
39.4.4	Perda do direito.....	947
<b>Capítulo 40</b>	<b>– Benefícios assistenciais.....</b>	<b>951</b>
40.1	Benefício de prestação continuada ao idoso e ao deficiente – LOAS.....	951
40.1.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	952
40.1.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	953
40.1.3	Requisito Econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	955
40.1.4	Beneficiários.....	959
40.1.5	Data de início do benefício.....	960
40.1.6	Cessação do benefício.....	961
40.1.7	Acumulação com outros benefícios.....	962
40.2	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso.....	966
40.3	Auxílio-inclusão aos portadores de deficiência.....	967
<b>Capítulo 41</b>	<b>– Benefícios extintos.....</b>	<b>969</b>
41.1	Renda mensal vitalícia.....	969
41.2	Auxílio-natalidade.....	970
41.3	Auxílio-funeral.....	971
41.4	Pecúlio.....	971
41.5	Abono de permanência em serviço.....	972
41.6	Aposentadorias diferenciadas.....	972

<b>Capítulo 42 – Serviços</b> .....	975
42.1 Serviço social.....	975
42.2 Habilitação e reabilitação profissional.....	976
<b>Capítulo 43 – Tempo de contribuição para fins previdenciários</b> .....	981
43.1 Prova do tempo de contribuição.....	986
43.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	991
43.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	992
43.4 Aluno-aprendiz.....	999
43.5 Efeitos das decisões trabalhistas frente ao INSS.....	1001
43.5.1 O art. 55 da Lei de Benefícios e o Princípio de Aptidão para a Prova. A inconstitucionalidade pela afronta ao Princípio da Ampla Defesa.....	1004
43.6 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	1009
43.7 Justificação administrativa.....	1013
43.8 Cabimento da ação declaratória para reconhecimento de tempo de contribuição.....	1015
<b>Capítulo 44 – Prescrição e decadência em matéria de benefícios</b> .....	1017
44.1 Prescrição do direito a prestações.....	1017
44.2 Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário....	1021
44.3 Aplicação do prazo de decadência nas ações para reconhecimento de tempo de contribuição.....	1025
44.4 Prazo para revisão de benefício antecedente em caso de pensão por morte.....	1029
44.5 Da possibilidade de interrupção do prazo decadencial para revisão do ato de concessão nos casos de requerimento administrativo.....	1030
44.6 Hipóteses de aplicação do prazo de decadência na via administrativa...	1031
44.7 Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	1032
44.8 Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	1035
<b>Capítulo 45 – Ações previdenciárias</b> .....	1037
45.1 Competência para as ações previdenciárias.....	1038
45.1.1 Prestações comuns previdenciárias.....	1040
45.1.2 Competência federal delegada.....	1041
45.1.3 Prestações acidentárias.....	1042
45.1.4 Causas referentes ao benefício assistencial.....	1043
45.1.5 Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	1044
45.1.6 Dano moral previdenciário.....	1046
45.2 Prévio ingresso na via administrativa.....	1049
45.3 Juizados Especiais Cíveis na Justiça Federal.....	1052
45.3.1 Competência dos JEFs.....	1055
45.3.2 Valor da causa.....	1056
45.3.3 Renúncia.....	1057
45.3.4 Legitimidade.....	1059
45.3.5 Sentença líquida.....	1060
45.3.6 Recursos.....	1061
45.3.6.1 Recurso contra decisão que aprecia tutela provisória.....	1062

45.3.6.2	Recurso contra sentença (recurso nominado).....	1063
45.3.6.3	Incidente regional de uniformização de jurisprudência.....	1066
45.3.6.4	Incidente de uniformização de interpretação de lei federal .....	1068
45.3.6.5	Incidente de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça.....	1073
45.3.7	Cumprimento da sentença.....	1091
45.3.8	Aplicação da Lei dos JEFs em caso de delegação de competência.....	1092
45.3.9	Nulidades.....	1094
45.3.10	Custas e honorários advocatícios.....	1094
45.4	O novo CPC e seus reflexos nos Juizados Especiais Federais .....	1098
45.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	1114
45.5.1	Evolução legislativa.....	1115
45.5.2	Requisição de Pequeno Valor (RPV) .....	1118
45.5.3	Pagamento por precatório.....	1119
45.5.4	Complemento positivo .....	1120
45.6	Idosos, portadores de doença grave e pessoas com deficiência .....	1121
45.7	Coisa julgada previdenciária.....	1122
45.8	Execução do julgado.....	1128

## PARTE V

### REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<b>Capítulo 46 – Introdução.....</b>	<b>1133</b>	
<b>Capítulo 47 – Histórico.....</b>	<b>1141</b>	
<b>Capítulo 48 – Aspectos gerais dos regimes próprios.....</b>	<b>1145</b>	
<b>Capítulo 49 – Principais pontos das reformas constitucionais.....</b>	<b>1157</b>	
<b>Capítulo 50 – Custeio dos regimes próprios.....</b>	<b>1171</b>	
<b>Capítulo 51 – Regras de aposentadoria dos regimes próprios.....</b>	<b>1179</b>	
51.1	Aposentadoria por invalidez permanente.....	1189
51.2	Aposentadoria compulsória por idade.....	1198
51.3	Aposentadoria voluntária.....	1203
51.3.1	Aposentadoria por idade.....	1209
51.3.2	Aposentadoria por tempo de contribuição.....	1210
51.3.3	Regras de transição para a aposentadoria voluntária.....	1213
51.4	Aposentadorias especiais.....	1228
51.5	Tempo de contribuição no serviço público.....	1235
51.5.1	Contagem recíproca de tempo de contribuição.....	1236
51.5.2	Contagens fictícias.....	1241

51.6	Prazo para ação revisional de aposentadoria.....	1241
51.7	Inconstitucionalidade da pena de cassação da aposentadoria.....	1242
<b>Capítulo 52</b>	<b>– Pensão por morte e licenças remuneradas nos regimes próprios.....</b>	<b>1245</b>
52.1	Cálculo e reajustamento da pensão.....	1246
52.2	Acumulação de benefícios e pensão por morte.....	1250
52.3	Rol de beneficiários e rateio da pensão.....	1252
52.4	Perda e cessação do direito à pensão.....	1255
52.5	Licenças-maternidade, paternidade e por adoção.....	1259
52.6	Licença para tratamento de saúde – comum e acidentária.....	1264
52.7	Auxílio-reclusão.....	1266
<b>Capítulo 53</b>	<b>– Reajustamento do valor dos benefícios.....</b>	<b>1269</b>
<b>Capítulo 54</b>	<b>– Direito adquirido nos regimes próprios.....</b>	<b>1275</b>
<b>Capítulo 55</b>	<b>– Previdência complementar para servidores públicos.....</b>	<b>1279</b>

## PARTE VI

### TENDÊNCIAS DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

<b>Capítulo 56</b>	<b>– A globalização e o Estado contemporâneo.....</b>	<b>1295</b>
<b>Capítulo 57</b>	<b>– As mudanças no Direito Comparado.....</b>	<b>1307</b>
<b>Capítulo 58</b>	<b>– A previdência brasileira e suas características.....</b>	<b>1317</b>
<b>Capítulo 59</b>	<b>– Perspectivas da Seguridade Social brasileira.....</b>	<b>1331</b>
59.1	Aprimoramento do atendimento ao público.....	1349
59.2	Maior comunicação da previdência com os segurados do INSS, informando dados de interesse destes.....	1350
59.3	Censo previdenciário ou pesquisa de amostragem.....	1351
59.4	Combate à informalidade e adoção de medidas de inclusão previdenciária.....	1351
59.5	Pleito aos ministérios da educação e da cultura, de inclusão, no ensino fundamental/médio, de conteúdos de discussão e informação sobre a Seguridade Social.....	1352
59.6	Criação de formas de maior controle de atividades profissionais, com a exigência de comprovação de regularidade de contribuições à Seguridade Social.....	1352
59.7	Campanha maciça para a conscientização da sociedade, no sentido de que a Previdência Social é um bem necessário.....	1353
59.8	Modernização da gestão da informação.....	1353
59.9	Comunicabilidade entre todos os cadastros de programas sociais e bancos de dados públicos.....	1354
59.10	Incremento da atuação na cobrança da dívida previdenciária e imprescritibilidade da cobrança de contribuições em casos de sonegação fiscal e apropriação indébita.....	1354



<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	1363
---------------------------	------

**ANEXOS**

1. <b>Súmulas e Enunciados de interesse em matéria previdenciária</b> .....	1375
2. <b>Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários..</b>	1399
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> .....	1423